ANC 88
Pasta 12 a 20
março/87
086

Maciel prega renúncia coletiva do Ministério

PFL confia que Sarney poupará seus ministros

Enquanto o líder do PMDB na Câmara, Luiz Henrique, e o governador eleito da Bahia, Waldir Pires, previam a concretização da reforma ministerial, como resultado da posse dos novos governadores, uma destacada fonte do PFL revelou, ontem, a preocupação do presidente Sarney em não alimentar o debate sobre esse tema, inclusive como forma de preservar os cargos que a Frente Liberal detém no 1º escalão do Governo Federal. As modificações no ministério seriam realizadas, mas dentro de um ambiente de discrição, para atenuar as pressões do PMDB, que deseja aumentar sua participação no governo.

O argumento de Luiz Henrique é o de que, no dia 15 de novembro, "o povo, com o seu voto, desenhou o país que queria, elegendo 22 governadores do PMDB, maioria quase qualificada de peemedebistas no Senado e maioria absoluta na Câmara e na Constituinte", em favor do seu partido. Acredita o líder peemedebista que o presidente Sarney, com a sua sensibilidade política, "saberá o momento certo, adequado, para atender a essa nova correlação de formas", estabelecida pelo povo nas eleições do ano passado.

"Isso é um imperativo do resultado eleitoral" — disse Luiz Henrique.

Soluções imediatas

A respeito da idéia de criação de um Ministério da Economia, Luiz Henrique afirmou que "isso pode ser pensado para o futuro" e que a situação do país exige soluções imediatas para problemas como as causas estruturais da inflação, as taxas de juros, a preservação do salário dos trabalhadores, a manutenção do crescimento nacional a taxas de 6 ou 7%. A mudança de nome do ministério ou uma eventual fusão não é, em si mesmo, uma solução. O que resolve — acentuou — é "atacar os problemas".

Num programa de debates da TV Manchete, encerrado na madrugada de ontem, o governador Waldir Pires desenvolveu raciocínio semelhante ao de Luiz Henrique, salientando que "se se faz uma eleição e não muda nada, nós realmente não estamos contribuindo para melhorar nem para aperfeiçoar o processo das instituições democráticas na nossa terra".

Entendimento

"Esse é um entendimento simples, que eu creio que a nação compreende, e eu creio que o presidente da República, com a sua sensibilidade, vai num determinado instante e na hora que julgar oportuna, decidir".

Waldir Pires lembrou que na Bahia o PFL "foi fragorosamente derrotado", com uma desvantagem de quase um milhão e meio de votos. E acentuou: "Não se trata de mim, não se trata mesmo do meu partido. Se tratou de uma decisão do povo da Bahia".

No PFL não se faz especulação em torno da reforma ministerial, sob a alegação de que é assunto de exclusiva competência do Presidente da República. Por ocasião da última reforma, no entanto, os liberais pressionaram e acabaram conquistando o direito de permanecer com o Ministério da Educação, com a transferência de Marco Maciel para o Gabinete Civil. O silêncio agora estaria mais ligado a uma estratégia que visaria evitar polêmicas sobre o tema. Teoricamente isso facilitaria a manutenção das 5 atuais pastas, embora seja nítido o desinteresse da direção partidária pelo Ministério das Relações Exteriores, mesmo porque o atual titular, Abreu Sodré, é considerado escolha pessoal de Sarney e pessoa afastada da Frente Liberal como partido.

Áreas de comando

O líder na Câmara, deputado José Lourenço (BA), garante que nas últimas conversas com Sarney, não tocou em momento algum no tema reforma ministerial. Ele ontem se pronunciou apenas contra a idéia de se criar quatro áreas de comando ou de "coordenação" no âmbito ministerial, o que, no seu entendimento, esvaziaria a atuação do Presidente da República. "A idéia, que eu li nos jornais, seria de uma área de comando no campo econômico, outro no social, outro no âmbito das Forças Armadas e finalmente na área de coordenação política. Aí teríamos quatro presidentes da República, e um que não mandaria nada", reclamou Lourenço. Em relação ao PFL, o parlamentar se confessou satisfeito com o atual número de ministro: "Do jeito que está, está bom", resumiu.

Fotos: Arquivo

Ministro nega resistência do PFL

O ministro-chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel, defendeu ontem a renúncia coletiva do Ministério, com a alegação de que "esta é a hora de todos pensarem na Pátria, atendendo apelos do presidente Sarney para um governo de união, de entendimento nacional". Marco Maciel evitou dar opinião do presidente a respeito, explicando que qualquer comentário seu poderia dar a impressão de que seria a posição do governo.

O ministro acha que, com a posse dos novos governadores, o presidente da República precisa do apoio geral para enfrentar as crises interna e externa. "O povo não está pensando em sucessão, mas nas dificuldades que vem enfrentando dia-a-dia".

Marco Maciel não confirmou informações de líderes do seu partido, de que há entre os cinco ministro do PFL um pacto: se um sair, todos sairiam. "Não existe nada disso. Pelo menos de minha parte, o presidente está à vontade para indicar outro chefe do Gabinete Civil" — disse ele, ele.

"Absurdo"

Ele comentou que o PFL, no momento, tem menos representatividade no governo do que no dia da posse de Sarney. Naquela ocasião — 15 de março de 1985 — o PFL tinha sete senadores e 37 deputados, até hoje, são 15 senadores e 120 deputados. O ministro contestou, até com certa irritação, versão de dirigentes e líderes do PMDB, de que o presidente Sarney só não promoveu até agora a reforma ministerial pela resistência do PFL. "Isso é um absurdo" — acentuou.

O ministro-chefe do Gabinete Civil disse, também, que o seu partido dispõe de excelentes quadros para o ministério Sarney, "em todas as áreas".

Dirigentes e líderes pefelistas estão convencidos de que todas as pressões do PMDB, a começar pelos novos governadores, para forçar a reforma ministerial, têm um só objetivo: reduzir ao mínimo a participação do PFL no governo.

Um influente líder do PFL, dos mais ligados ao ministro Marco Maciel, levantou dúvidas sobre a presença maciça do PMDB no governo. Acha que, se Sarney substituir os cinco ministros do PFL por outros cinco do PMDB, "o partido de Ulysses não seria capaz de governar".

Foi citado, para exemplificar, a reforma econômica, que o PMDB adotou como sua na campanha eleitoral. Depois que surgiram dificuldades, o partido majoritário preferiu debitar tudo ao presidente e aos ministros do setor econômico.

Os incidentes ocorridos há dias na Assembléia Constituinte, para a votação do Regimento Interno, também foram mencionados, para mostrar que o PMDB "é um partido frentista" e que o acordo só foi possível pela posição assumida pelo PFL.

Os dirigentes do PFL reconhecem que o presidente da República tem dificuldades para promover a reforma ministerial, mesmo para substituir ministros do PMDB por outros do mesmo partido. O ministro da Agricultura, Íris Rezende, por exemplo, ao atender convocação de Sarney, deixou o governo e desistiu de sua eleição, tida como certíssima, para o Senado.

Politicamente poderiam surgir problemas com o afastamento de Aureliano Chaves, Jorge Bornhausen e Antônio Carlos Magalhães.

Schwartz faz apelo contra pressões sobre presidente

Porto Alegre — O ministro do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Deni Schwartz, voltou a defender ontem em Porto Alegre, a renúncia coletiva do ministério para deixar o presidente José Sarney «de mãos livres» para promover as alterações necessárias, e apelou aos novos governadores e à classe política, de modo geral, para que não tentem pressionar o presidente na escolha dos novos nomes, promovendo uma espécie de «loteamento» da equipe entre os estados.

«Há um voto de desconfiança da sociedade e inclusive do Congresso contra o atual ministério», afirmou Deni Schwartz, frisando que «os agricultores, os trabalhadores, os empresários, os comerciantes, todos estão insatisfeitos. E o próprio Congresso não está dando o respaldo que o governo precisa — basta ver que assistiu em silêncio um ato da maior coragem do presidente da República, que foi a declaração da minimoratória».

Para o ministro, como o governo «está com muitas áreas de atrito em todos os segmentos», o ideal é a promoção imediata de uma reforma ministerial, através da qual o presidente Sarney possa compor livremente a sua nova equipe, sem pressões de qualquer ordem, «escolhendo, nesta hora de crise econômica e política, os nomes que mais covenham ao país, e não a determinados estados».

Righi vai condicionar o apoio do PTB

O líder do PTB, deputado Gastone Righi (SP), afirmou ontem que seu partido reivindica um ministério como condição básica para se considerar «participante» do governo, mas a reivindicação não fica só nisso: os petebistas querem também a nomeação do governador de Roraima, território que está com o PFL. De Sarney, os petebistas devem receber uma resposta hoje, quando Righi for recebido em audiência, à tarde. Do PFL, já receberam resposta: o presidente em exercício do partido, deputado Maurício Campos (MG), disse que a Frente Liberal «não abre mão de jeito nenhum» do território.

Gastone Righi, que ontem confirmou, por telefone, a audiência que terá hoje com o presidente Sarney, argumenta que sem um ministério não há hipótese de se afirmar que o PTB integre a Aliança Democrática. «Ou há essa participação, ou tudo continua como está: nós apoiamos o governo Sarney, mas não temos nenhum compromisso com ele não temos nenhum motivo, por exemplo, para subir à tribuna a fim de defendê-lo» Righi diz que não há especificamente uma Pasta a ser escolhida, mas adianta que, «à medida em que se aproxime de um ministério na área social, tanto melhor». Ele entende que se o PTB apoiar o governo sem participar do ministério estará caracterizada uma posição «fisiológica», na medida em que não estaria assumindo responsabilidades na atuação do governo.

A reivindicação do PTB em relação a Roraima seria pela nomeação do deputado mais votado no território, Ottomar Pinto. Maurício Campos argumenta, no entanto, que a composição política no território é muito anterior às pretensões do PTB. «Faz parte de um acordo» — explica — «feito ainda para eleger Tancredo Neves e José Sarney».

Righi impõe condições para que PTB integre Aliança

A Novíssima República

DECÁLOGO

Gente, Fatos, Personagens

I - Briga que dá Ibope

O novo governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello, está mesmo disposto a empunhar a bandeira de combate às mordomias e aos marajás de seu estado. Começou, ontem, extinguindo as aposentadorias dos ex-governadores, hoje de Cz$ 150 mil mensais — que ele já não receberá, ao fim do mandato.

As posições de Collor, que foi do PDS e malufista, e hoje está no PMDB, têm repercutido muito na opinião pública. Ontem, ele foi à sua emissora de televisão (TV Gazeta) e passou quase uma hora respondendo a perguntas feitas pelos espectadores por telefone.

Quase todos querendo saber se a luta pela moralização é para valer.

II - Cidadãs e contribuintes

As mulheres querem assegurar seu direito ao acesso, com acompanhamento médico-ginecológico, aos métodos contraceptivos. Como cidadãs e contribuintes do Inamps, as mulheres pretendem assegurar este acesso como direito à livre opção nas decisões sobre o seu corpo.

É isto que a presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Jacqueline Pitanguy, dirá hoje ao ministro Raphael de Almeida Magalhães, da Previdência Social. O Conselho está preocupado com «ingerências e pressões» na implementação do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher.

III - Tempos de contenção

Os contribuintes brasileiros têm desde ontem uma nova despesa: doze agentes de segurança e seis automóveis com motorista, que ficarão à disposição dos ex-presidentes da República ainda vivos, Jânio da Silva Quadros, Ernesto Geisel e João Baptista de Oliveira Figueiredo.

Cada ex-presidente tem, agora, direito a quatro seguranças e dois carros oficiais, até morrer. A lei estabelecendo a mordomia foi apresentada na Câmara pelo ex-deputado Alcides Franciscato, amigo íntimo de Figueiredo. Ontem, o presidente Sarney assinou o decreto que a regulamenta.

Decisão oportuna, quando se fala em cortar as despesas públicas.

IV - Alguém vai cair

O ministro da Fazenda, Dílson Funaro, não gostou da divulgação do Plano Sayad. «É uma boa contribuição para ser estudada e discutida, mas é para o futuro, não para agora», disse ele, referindo-se ao projeto de seu colega de Ministério.

Funaro também tem seu plano, cujas linhas básicas já foram divulgadas.

O presidente Sarney terá de escolher entre um plano e outro. E entre um e outro ministro. Ou nenhum.

V - Pequenos mobilizados

Um setor geralmente pacato está entrando na briga: os micro, pequenos e médios empresários. Em todo o país, as entidades representativas dos pequenos comerciantes estão se mobilizando para reagir às altas taxas de juros e ao aumento dos custos das mercadorias.

Segundo o presidente do Sindicato dos Lojistas do Comércio de São Paulo, Murad Salomão Saad, as vendas têm caído a até 50%, cresce o número de títulos protestados e aumentam os pedidos de concordata.

Ele teme o que pode acontecer: os pequenos empresários já estão quebrando e não terão condições de pagar suas dívidas.

VI - Moratória ampla e geral

Para melhorar a situação das micro, pequenas e médias empresas, o deputado Mário Assad, do PFL mineiro, apresentou projeto de lei concedendo moratória a todas elas.

Durante nove meses, elas nada pagarão e as ações judiciais serão suspensas. Os juros bancários não serão superiores a seis por cento ao ano e a correção monetária será apurada segundo o valor das OTNs.

Qualquer dia, alguém apresentará um projeto estabelecendo moratória para as pessoas físicas.

Se o Brasil pode, por que não o João da Silva?

VII - A época é outra

Um microempresário de Sorocaba, São Paulo, protestou de maneira diferente contra os altos juros bancários: juntou Cz$ 94.500,00 de blocos, carcaças, bronzinas, virabrequins e outras peças de motores e tentou depositá-las em sua conta corrente no Banco Real, para abater de sua dívida de Cz$ 300 mil. O gerente, naturalmente, não aceitou.

O empresário, Alex Geranutti, 26 anos, contraiu um empréstimo, nos tempos do cruzado, para ampliar sua oficina mecânica. Mas, com o Plano Cruzado II...

VIII - Gatilho no imposto

Cada vez que o gatilho salarial dispara, aumenta o desconto de imposto de renda na fonte, pois a tabela de alíquotas não é reajustada. O assalariado ganha por um lado e perde por outro.

Por que não instituir também um gatilho para a tabela, com base na inflação do período?

IX - Caso para pensar muito

Eles são mais de 30 mil em todo o país. Vivem em precárias condições de trabalho, borrifando casas e poças d'água, contra malária, dengue, febre amarela. São os empregados da Sucam (Superintendência de Campanhas de Saúde Pública), que rodam o país nas zonas mais miseráveis da Amazônia e Nordeste.

Ontem, eles foram conversar com o ministro Marco Maciel, fazendo uma reivindicação: querem aumento das diárias de trabalho. Recebem, no momento, Cz$ 98,50 para alojamento e alimentação. Querem passar para 229 cruzados. Não querem mordomias.

E o ministro ainda pediu tempo para pensar.

X - Prata da casa

Uma professora da Universidade de Brasília está participando esta semana, no Porto, em Portugal, da II Conferência Portuguesa das Crianças Superdotadas, que reúne especialistas de todo o mundo. É a professora Eunice Soriano Alencar, do Departamento de Psicologia, considerada uma das maiores autoridades do mundo no assunto.

No mundo todo, vem crescendo o interesse sobre a educação de superdotados. No Brasil, porém, diz a professora Eunice, os superdotados são pouco compreendidos e negligenciados.

Desperdício de gênios.

VERSÍCULOS

• **O deputado federal Luís Inácio "Lula" da Silva, líder do PT defendeu ontem a aprovação da Convenção nº 87 da OIT. Segundo o deputado, num primeiro momento os sindicatos poderiam sentir o impacto das medidas que se efetivarão com o documento, como a extinção da contribuição sindical e a possibilidade de existir dois sindicatos de uma mesma categoria, mas isto seria passageiro. "Logo os sindicatos voltariam a se fortalecer", disse.**

• O ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, reuniu-se ontem, no final da tarde, com o presidente José Sarney, para discutir a aprovação da Convenção nº 87. Pazzianotto concorda com a posição do Presidente de aprovação do documento, tanto, que já está preparando um projeto para apresentar ao Congresso, modificando toda a legislação salarial, com base na convenção da OIT.

Agenda do Presidente

O presidente José Sarney receberá hoje, às 9 horas, para despachos, o ministro Ivan de Souza Mendes, chefe do SNI, às 9h30, o ministro Rubem Bayma Dennys, chefe do Gabinete Militar; às 10 horas, o ministro João Sayad, do Planejamento, e às 10h45, o ministro Marco Maciel, Chefe do Gabinete Civil. As 11h30, no Centro de Convenções, presidirá a solenidade de abertura da I Exposição Industrial da Zona Franca de Manaus.

As 15 horas, o presidente despachará com o ministro Raphael de Almeida Magalhães, da Previdência; às 15h40, com o ministro Antonio Carlos Magalhães, das Comunicações; às 16h20, com o ministro Deny Schwartz, do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente; às 17 horas, receberá os deputados Cardoso Alves (PMDB-SP) e Gastoni Righi (PTB-SP) às 17h20, o senador Albano Franco, presidente da Confederação Nacional da Indústria, acompanhado dos presidentes das federações das Indústrias dos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais; as 17h40, os Errol Uys e Richard Civitá; e, às 18h20, o deputado Luiz Henrique, líder do PMDB na Câmara dos Deputados.